

ACERCA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Antes de discutirmos o integralismo lusitano, mister é explicar em que ele consiste. Julgamos ser essa a única maneira inteligente e honesta de contraditar uma doutrina. A adopção deste método impedir-nos há de incorrer em três erros igualmente funestos. Um é o de fazermos a discussão duma doutrina de que os leitores não tomaram exacto conhecimento por uma prévia vista de conjunto; a exposição parcelar, à medida que as necessidades da crítica o exigissem, não poderia substituir em caso algum essa visão integral. Desarticulados os diferentes elementos dum sistema de ideias, não se compreendem as suas mútuas relações, o sistema continua, como sistema, a ser ignorado: poderemos conhecer os membros do seu corpo, não conheceremos a sua alma. Outro erro é o de estabelecer como provada a hipótese, sempre sujeita a controvérsias, de que estamos na plena posse dos princípios que pretendemos combater; de fechar, por assim dizer, a discussão sobre a interpretação pessoal que fazemos das ideias dos nossos adversários. Uma questão de método e de modestia intelectual nos obrigava, antes de mais nada, a fazer da nossa própria interpretação um objecto de controvérsia. Não se desse o caso de que no decurso da polémica nos arguissem de alicerçarmos a nossa crítica sobre uma ignoratio elenchi, e estarmos simplesmente a combater os fantasmas da nossa imaginação. O outro erro, finalmente, consistiria na possibilidade de fazermos incidir a discussão sobre os pormenores e os acidentes, sobre afirmações ocasionais e de pura circunstância. Não são tais ou tais palavras ilógicas ou contraditórias dos srs. integralistas; tais ou tais erros históricos; tais ou tais sofismas e argumentos de advogado; tal ou tal incompreensão de determinada doutrina científica, que nos propomos refutar, pensando assim illusoriamente ter refutado o integralismo. Não é demons-

O QUE É O INTEGRALISMO

Bibliografia

- Luís de **Almeida Braga**. O Culto da tradição. 1916.
 Caetano **Belrao**. Uma Campanha tradicionalista. 1919.
 Felix **Correia**. A Ultima quimera. 1919.
 Alberto **Monsaraz**, editor. Cartilha do operário. 1919.—
 Cartilha monárquica. 1919.
 António **Sardinha**. O Valor da raça. 1915.
 Luís **Teixeira Neves**. A Crise da Democracia. 1919.
 A. **Xavier Cordeiro**. O Problema da vinculação. 1917.
Monarquia, jornal. 1917.
Nação Portuguesa, revista.
A Questão iberica, obra colectiva. 1916. (Colaboração de António Sardinha, Hipólito Raposo, L. de Freitas Branco, José Pequito Rebêlo, Rui Ulrich, A. Xavier Cordeiro, Vasco de Carvalho e Luís de Almeida Braga).

trando a surdez dum homem que nós provaríamos que esse homem é cego. Só nos preocuparão os princípios básicos, centrais, essenciais do integralismo. Fácil nos seria desfazer em pó muitas das afirmações de pormenor dos camelotes da reacção. Mas a poeirada que assim ergueríamos não esconderia no fundo a nossa impotência em atacar o que há de visceralmente estrutural no credo político a que nos opomos? Este método determina simultaneamente uma economia e uma convergência de esforços: nem nos perdemos no acidente, nem erramos nunca o alvo. É o próprio alvo que a nossa exposição fixa e delimita. Por outro lado este método é uma imposição dessa perfeita lealdade de consciência que é o atributo essencial dos aristocratas da verdadeira democracia. Deixemos aos reaccionários as suas armas de dois gumes recrutadas nos velhos arsenais do sofisma. Seja a suprema limpidez cristalina do espírito que analisa e discute o nosso mais alto privilégio — o de aquêles que continuam a fazer do livre exame a sua atitude crítica. Afastamo-nos assim das velhas normas da polémica nacional, que teve em Camilo o seu mais alto corifeu. Mas não ambicionamos, por nossa parte, a glória de tradicionalistas. Procuramos acima de tudo ser em Portugal um dos mais humildes, mas também dos mais firmes professores da moralidade de consciência. Se a alguma aristocracia queremos pertencer, é precisamente à aristocracia da boa consciência.

Teem-se dividido as opiniões dos nossos leitores sobre a necessidade e urgência desta crítica do integralismo. Segundo uns, ela já devia estar iniciada, pelo simples facto de no primeiro número da «Seara», em resposta a um eco da «Monarquia», termos afirmado, sem fixar praso algum, que discutiríamos nestas colunas as ideias pelicanistas. Demos a alguns dos nossos leitores a impressão de

que estávamos faltando a uma promessa. Que palavras nossas lhes deram o direito de supor semelhante coisa? Não será a sua pressa simplesmente a sua impotência a recear a nossa? — Segundo outros, era a própria necessidade da discussão que se punha em causa. E para isso praticava-se a injustiça de negar talento e cultura a todos os elementos do integralismo. E afirmava-se que a nova seita política não tinha o incremento e a importância que eu parecia atribuir-lhe. Esgrimindo contra os gigantes, era a minha fantasia que aumentava a essas proporções os pobres moinhos de vento.

Ora a verdade é que nem todos os integralistas são destituídos desse talento e dessa cultura que lhes querem absolutamente negar. Se quasi todos eles, pessoalmente, nada valem — e já aqui o afirmo —, se a ignorância de alguns vai até ao ponto de fazer de Hobbes e de Hume filósofos do século XIX (cf. Teixeira Neves, *A crise da democracia*, p. 76-77), e de nos apresentar Darwin como um precursor do positivismo, ao lado de Bacon e Descartes (cf. Caetano Beirão, *Uma campanha tradicionalista*, p. 45), tendo assim uma estranha noção da cronologia dos pensadores e das doutrinas, a verdade é que Sardinha, sendo incontestavelmente um cabotino, tem certo talento literário, e que Pequito, embora acamarade com periquitos, é um especialista de valor. O grupo todo manifesta, além disso (e estas altas virtudes lhe não podem ser negadas) uma unidade perfeita de vistas, uma absoluta solidariedade moral e um pertinaz espírito combativo que são a sua glória e a sua força. — Demais, fazendo a análise e a discussão do «integralismo lusitano», temos a clara consciência de que não fazemos mais que analisar e discutir as ideias fundamentais do reaccionarismo francês que tem por epónimos Maurras, Barrès, Tour du Pin, Henri Vaugois, Valois e outras amas secas dos camelots du Roi. Como mostraremos em um dos artigos consagrados a esta doutrina, não há uma só ideia integralista que não tenha pago na Alfândega direitos de importação. Trata-se, pois, dum movimento mais largo que um simples movimento nacional: é contra as hostes todas da Reacção, contra a politique du fait, que nós temos de nos bater. Deixar em silêncio toda uma filosofia da acção política, com arraiais assentes nas mais diversas nações do mundo, será cómodo, mas nem será honesto, nem conveniente ao futuro da democracia. — E é falso que a nova ideologia não tenha conquistado uma área enorme de inteligências juvenis. Eu falo de aquelas que felizmente se preocupam com os problemas morais e políticos, e não dessa vasa pódre da mocidade que apenas atende aos seus interesses materiais e à solicitação dos seus

baixos apetites. Essa mocidade não conta, nem pro nem contra a democracia; nem é para essa mocidade indigna do seu próprio nome que democratas e integralistas erguem o seu pendão doutrinário. Excluindo essa escória da juventude, a parte restante está consideravelmente atacada do vírus reaccionário. Pretender negar este facto é querer prosseguir no velho vício da mentira em que todos nós embalamos o nosso sono mortal...

Discutir o integralismo é, pois, uma operação necessária de profilaxia intelectual. Ferida a democracia pelos actos dos que se dizem seus partidários e pelas palavras dos que são seus inimigos, era preciso que alguém erguesse entre nós o facho da esperança democrática, e opusesse ao torpe realismo republicano e à sofisticada ideologia conservadora novas afirmações da consciência republicana, alargando-lhe os quadros, abrindo-lhe os horizontes e mostrando aos olhos dos que acordam para a vida do sentimento colectivo perspectivas mais longínquas e mais puras.

Ditas estas palavras de preâmbulo, entremos no domínio integralista (Pola lei e pola grei — em prol do comum e aproveitância da terra) com os olhos erguidos sobre o Pelicano real.

A crer os integralistas (1), se quisermos exprimir a oposição essencial, irreductível, entre democracia e monarquia integral, não o podemos fazer melhor que filiando essa divergência em métodos opostos da filosofia política: a política das ideias e a política do facto. E' este o diferendo íntimo, psicológico, que corresponde a duas atitudes antagónicas do espírito.

A democracia é a política das ideias. Não atendendo à experiência histórica da humanidade no seu conjunto e á de cada nação em especial, ela pretende modelar a vida de cada país pelas normas abstractas da razão, impondo-se violenta e artificialmente a realidades indestrutíveis. A democracia é assim uma constante violação dos factos concretos, um permanente desrespeito da vida essencial das nações. Mais do que a insurreição do individuo contra a espécie, como a definia Comte, ela é verdadeiramente a insurreição da razão contra a natureza, dos princípios contra os factos.

O seu primeiro êrro, de que derivam a maior

(1) Devemos observar que o nosso esforço constante por pôr ordem e clareza nas ideias nos levou a dar à doutrina integralista, na exposição que dela aqui fazemos, um pouco mais de coerência e limpidez que o que ela revela em geral nos seus tratadistas. Mas fazendo muitas vezes a diligência de penetrarmos no espírito dos nossos adversários, temos a consciência de não termos adulterado uma só das suas ideias.

parte dos outros, é a adopção do método do *livre exame*, que aniquila todas as disciplinas tradicionais, faz tábua rasa do passado e põe a cada geração o problema duma nova criação social. O livre exame, filho do espírito protestante, dissemina no mundo os germens da anarquia. Com a dissolução dos dogmas, perverte todos os instintos sociais, ataca a essência de toda a vida social, origina a rebelião do individuo contra as condições fundamentais dessa própria vida. As normas que dirigem uma sociedade deixam de ser o fruto duma longa experiência secular, para passar a ser as fantásticas abstracções dos cérebros individuais. O individuo arroga-se direitos; quando, no fundo, não tem senão deveres. A verdade é que o homem não pode ser livre. Deve obediência a seus pais enquanto forem vivos, porque «os filhos não são mais do que um prolongamento dos pais». Deve obediência aos seus superiores e ao seu Rei; assim como aos dogmas tradicionais da sua raça. Com a ilusão da liberdade, veio ao mundo a ilusão da igualdade, desmentido absoluto das realidades concretas, pois que não há no mundo dois seres inteiramente iguais. A natureza é essencialmente anti-igualitária: em toda ela vemos a realidade das diferenças, dos privilégios e da hierarquia. E com a negação do facto histórico da tradição, a democracia inventou o maior dos absurdos teóricos: a noção do progresso nas consciências individuais e nas formas da vida social. A ilusão do progresso é a doutrina de Satan revoltando-se contra Deus. «A crença no progresso baseia-se inicialmente na idea grosseira da bondade natural do homem. Ora, provado como está que os instintos humanos são maus e que dêsses maus instintos resulta naturalmente a necessidade dos quadros sociais, fica destruída pela base a idea que tantos milhares de espiritos tem atraído e sacrificado.» Demais as leis biológicas de René Quinton vieram dar a esta grosseira ilusão o seu golpe definitivo. O sábio francês mostrou que a vida procura sempre manter as condições do seu meio originário. Se queremos viver, temos, pois, de ser fisiologicamente reaccionários. A vida não é outra coisa senão uma afincada manobra de permanência; e a evolução não significa mais que a procura persistente, sempre activa e

voluntária, por vezes complicada e capciosa, dos meios próprios para manter a fixidez do primitivo meio. Cada nação assenta assim «num inviolável meio vital, o qual consiste no equilíbrio constante das condições especiais de que o agregado brotou, valendo a alteração delas pela queda insanável do organismo.» A primeira condição, pois, de toda a política científica é respeitar as primitivas instituições de cada povo, os seus antigos costumes, crenças e tradições, aquêles que constituíram o seu «meio originário». E não era já um axioma da sociologia moderna que os mortos governam os vivos, o que equivale a dizer que uma nação não poderá viver se não fôr condicionada pelos ditames da sua tradição — se os berços não fôrem embaldos sobre os túmulos?

O cosmopolitismo é outra perigosa ilusão da «política das ideas». A verdade é que não há povos iguais. E' impossível fazer-se, pois, «a fusão de todos os povos numa nação só a que se chama Humanidade». O dever mais imperativo das nações é considerarem-se como fins em si mesmos, e não como meios de realização de qualquer ideal estranho a elas próprias, e transcendendo as suas fronteiras. A monarquia opõe, pois, ás tendências utopistas do cosmopolitismo, a doutrina positiva do egoismo nacional.

Mas o vício fundamental da democracia é o sufrágio popular. E' o domínio do número sobre a qualidade; a escolha dos competentes pelos incompetentes; a vontade de individuos não especializados pronunciando-se sobre questões a que são completamente estranhos. «Na verdade, ninguém poderá occupar-se da lavoura não sendo agricultor, da industria não sendo industrial, do exército não sendo militar, do trabalho fabril não sendo operário ou patrão, da instrução não sendo professor.» A representação nacional nas democracias é a maior burla com que se tem iludido o espírito do povo.

Sendo em democracia todos iguais, não pode nela subsistir disciplina. Querendo todos mandar como soberanos, ninguém há que se preste a obedecer. Sendo, como os individuos, também iguais todas as regiões, todas as provincias, todos os concelhos, a democracia é o regimen da centralização. Não há talvez maior utopia em sciência

Amar os nossos inimigos — o pensamento dos nossos inimigos e a crítica dos nossos inimigos — é o verdadeiro sinal do espírito combativo. Que importa que eles me guardem ressentimento e rancor? Eu preciso dêles como do ar que respiro; eu agradeço-lhes o contribuirem para a clarificação das minhas ideas, e para a fortificação dos meus motivos de viver; eu afirmo-lhes, para além de todas as minhas disputas, a minha fraternidade e a minha lealdade de inimigo. — R. P.

administrativa do que julgar que a democracia poderá algum dia descentralizar.

Se todas estas miragens racionalistas pudessem ter realização e o mundo social lhes não oferecesse a cada passo, nas suas realidades irredutíveis, uma invencível resistência, o regimen da democracia conduziria à negação de todos os laços sociais, à anarquia, ao caos colectivo. Mas como assim não é, a democracia conduz na prática à negação dos próprios conceitos em que se estriba e formam o seu espírito teórico; e por isso a sua liberdade leva a uma tirania mais dura, a sua igualdade a uma oligarquia mais devoradora, a soberania de todos à soberania do menor número, o regimen do sufrágio ao regimen dos caciques, o cosmopolitismo a um estado de guerra mais atroz e permanente.

A estas ilusões mortíferas, o integralismo opõe uma doutrina absolutamente positiva e científica — doutrina de vida e salvação. Longe de se basear nos princípios abstractos da razão pura, como a democracia, elle parte do estudo das realidades. Para elle não há ideais, há leis scientificas e verdades de facto. E a experiência e a história, essa experiência do passado, que nos dão a conhecer as leis por que se hão de reger as sociedades. Enquanto a República é o regimen em que as mesmas instituições e as mesmas leis são impostas pela razão para a indole de povos diversos, a monarquia é o regimen do facto, e as suas leis são o produto da experiência particular de cada nação.

Sendo assim, a unidade social não é, para o integralismo, o individuo, esse átomo da consciência que não vale senão no grupo e pelo grupo de que faz parte. Nenhum complexo pode ser dividido em seres de natureza diferente; os elementos duma sociedade nacional hão de ser necessariamente sociedades menos complexas. Essa unidade social é a *família*, constituída pelos vivos, pelos mortos e pelos nascituros, e cujos interesses se prolongam, pois, no tempo e são mais alguma coisa que a soma dos interesses dos seus membros. A monarquia integral fará, pois, tudo para a fortificar, e não para a dissolver, como tem feito a democracia, cuja tendência mais profunda consiste em desagregar a sociedade numa poeira de átomos. O divórcio, a liberdade de testar e a igualdade na sucessão são atentados aos interesses mais immediatos da família; não se concebe, pois, sociedade organizada e viável em que esses elementos de dissociação sejam admitidos. «A monarquia combate a perfilhação dos adulterinos e incestuosos («filhos do crime») que, provindo de faltas contrárias à lei e à moral, não devem ser reconhecidos por lei. Defende a «indissolubilidade conjugal como a forma mais perfeita do amor», e a vinculação da terra como o meio de

dar à família uma base de continuidade territorial fixa e com ella estabilidade económica, coesão moral e permanência. Proíbe a liberdade de testar e limita à terça a quota livre dos pais.

As famílias agrupam-se em municípios dotados de autonomia administrativa. A Câmara Municipal deve ser de representação económica, técnica ou profissional, e nunca política. E ainda nas eleições municipais o sufrágio restringir-se há apenas aos que são chefes de família, e que assim não representam apenas o seu interesse individual, mas o da família inteira.

Os municípios reúnem-se por sua vez em provincias, administradas por Juntas Provinciais, dotadas também, como o município, de autonomia económica. Essas Juntas são constituídas pela delegação de todos os municípios da circumscrição, pela representação dos sindicatos operários e patronais, pelos directores das escolas e dos institutos de utilidade pública, enfim por todos aquêles que representam interesses corporativos e sociais organizados.

Incorrer-se hia portanto num erro de apreciação afirmando que o integralismo não é um sistema representativo, pois que admite a representação administrativa e profissional. Mas não menos errado seria chamar-lhe, por esse facto, um regimen democrático, pois que não há democracia onde não há representação da opinião pública e a sua fiscalização. E' o que vamos ver na constituição da Assembleia Nacional. Por esta substitui-se ao parlamento actual, de pura representação política e eleito pelo sufrágio popular, um organismo de representação de classes, recrutado exclusivamente no seio dessas classes para a representação dos seus interesses. E ainda um carácter fundamental distingue o actual parlamento dessa assembleia: enquanto aquêle tem funções deliberativas, o voto da Assembleia Nacional é puramente consultivo, tendo por única função, além da aprovação dos impostos e do orçamento, «a consulta sobre a applicabilidade, na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboram». A função legislativa deixa, pois, de ser attribuída aos representantes da nação, dos grupos e das classes, para ser apenas função duma aristocracia vitalícia da intelligência e do saber técnico, constituída pelo Rei entre os nomes de maior prestigio. Nunca em caso algum a vontade da Assembleia Nacional, que está já longe de representar princípios e finalidades políticas, sendo apenas a voz dos interesses de grupo, nunca em caso algum a vontade dessa Assembleia se pode sobrepôr à vontade esclarecida dos autócratas dos conselhos técnicos: ella tem de limitar-se, em tudo e por tudo, à simples missão de ponderar e de esclarecer.

Acima de todos estes organismos representativos e destas juntas dos homens de bom saber há, como chefe natural da Nação, o Rei hereditário. E é na transmissão hereditária do poder do Rei que consiste precisamente a maior superioridade da monarquia. «Ninguém escolhe o Rei, como ninguém escolhe o próprio pai para lhe obedecer.» O simples facto do nascimento já dá ao Rei amplas garantias de bom governo. A natureza fabrica governantes mais economicamente e mais perfeitamente numa raça de governantes que numa raça de proprietários ou juristas: no próprio sangue trazem à nascença as qualidades que os impõem. Filho de rei sabe reinar. Além disso a sua educação especializada habilita-o superiormente para o desempenho da função a que o destino o chamou. A continuidade do exercício do mando ainda aumenta nele a capacidade directiva. Mas não poderá o Rei exercer essa capacidade em prejuizo dos interesses colectivos? Isso é impossível. «Para a intenção nacional guiar sempre a vontade do Rei, basta que ele seja bom pai de família, pois o seu interesse e o dos seus descendentes identifica-se com o interesse nacional... Um Rei pensa: pensa e deve pensar; e raramente se engana... Se por doença ou outra qualquer causa o Rei se revela incapaz, há, para suprir a sua acção, o recurso da regência, que é sempre exercida por alguém que deseja servir o interesse da dinastia, ou seja, o bem público.»

O poder pessoal do Rei é soberano. Escolhe livremente os seus ministros e os conselhos que os assistem e elaboram as leis, ministros e conselhos que não ficam dependentes de nenhuma sanção e de nenhuma vontade a não ser a sanção e a vontade exclusivas do Rei. «Na paz e na guerra, dentro e fora das fronteiras, o Rei personaliza a Nação, a sua vontade é soberana, e nenhum poder mais alto se lhe impõe, embora ela deva ser sempre esclarecida pelo conselho dos órgãos competentes». «Esse poder é ilimitado, é arbitrário? Será. E' na verdade, menos ilimitado e arbitrário do que o poder paternal, que se não limita nem arbitra pelo *contrôle* do agrupamento familiar».

Neste sistema, qual é o lugar conferido à questão social? Resolvida pelas próprias soluções da monarquia orgânica. Cada classe constitui-se em sindicatos autónomos. Entre os capitalistas e os trabalhadores estabelece-se o contracto colectivo do trabalho. «O capital é necessário para desenvolver a indústria. O trabalho é necessário para produzir. De forma que entre um e outro há uma comunidade de funções. Um sem outro nada é.» O operariado deve, nestas circunstâncias, confinar-se nos seus interesses profissionais, sem se envolver em lutas políticas, na tarefa utópica da reorga-

nização da sociedade. Tarefa utópica, porque o nivelamento das classes é contrário à própria natureza das coisas. Tarefa utópica, porque a hierarquia é a condição de toda a vida social. Tarefa utópica, porque a supressão da propriedade privada representaria a supressão de todas as molas da actividade. E com o ser utópica, absurda e monstruosa, porque «se o pai transmite a vida aos filhos, e se tem o dever de velar por eles durante toda a sua vida, evidentemente que também possui o direito de transmitir o que adquiriu com o seu trabalho, para que não sintam a miséria com a sua falta». Assim fica resolvida, para o integralismo, a questão social. O comunismo e o colectivismo são o produto mental de espíritos tarados, paralisados no meio do seu desenvolvimento fisiológico, produto que foi explorado em seguida pela finança judaica, que não pretende outra coisa senão apoderar-se, durante os motins, duma porção importante da fortuna pública e privada. E' o espírito de ganância do grupo judaico que alimenta hoje os partos febris da utopia revolucionária.

Assim está na *Monarquia orgânica, tradicional e anti-parlamentarista* a cura radical dos nossos males. Estes, ao contrário do que afirmam certos doutrinários do liberalismo, não estão nos homens, mas nas ideias e no regimen. É as ideias democráticas, é ao regimen republicano que cabe a responsabilidade da nossa decadência. A Monarquia é, pelo contrário, a solução necessária e suficiente de todos os problemas, o lugar geométrico de todas as medidas de salvação nacional. Democracia e Nação, Democracia e Justiça, Democracia e Exército, Democracia e Autoridade são conceitos que se excluem. Pelo contrário, quem diz Nação, Justiça, Exército, Autoridade, diz *ipso facto* Monarquia. Tudo demonstra a verdade lógica do integralismo.

Assim é destruída a obra da Revolução, filha do protestantismo e do livre exame, e que representa na nossa casa o domínio do «estrangeiro do interior». Todos os princípios liberalistas e igualitários são o produto de doutrinas germano-francesas. São ideias de invasão. Deveriam ser eles, integralistas, os primeiros a estabelecer na fronteira da inteligência portuguesa o verdadeiro cordão sanitário. Entramos de ora avante na plena posse dos nossos destinos, das nossas tradições, das nossas crenças e das características originais da nossa raça. Depois das «medidas purgatórias» da sua crítica e da sua higiene intelectual, voltará a haver novamente um Portugal dos portugueses...

Nos próximos números veremos qual a parte de verdade que há no integralismo e até que ponto se justificam as suas pretensões de originalidade.

RAUL PROENÇA